



## NOTAS DE UM LIVRO SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A POBREZA NA REGIÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA

DOI 10.55028/geop.v19i37.21223

Gonçalina Francisca de Oliveira Martta\*

RISSATO, Denise. *O Programa Bolsa Família e a questão social em um território de fronteira*. Curitiba: Appris, 2022.

A autora da obra que é objeto desta resenha possui Graduação em Ciências Econômicas, Mestrado em Economia Aplicada e Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana e desenvolve atividades de pesquisa, ensino e extensão na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus Foz do Iguaçu. Sua trajetória acadêmica e seu locus de trabalho oferecem pistas para a compreensão do livro intitulada “O Programa Bolsa Família e a questão social em um território de fronteira”, livro que foi publicado em 2022, como produto da sua Tese de Doutorado.

Rissato pesquisou os efeitos do Programa Bolsa Família (PBF) sobre a pobreza e o trabalho infantojuvenil na cidade de Foz do Iguaçu, localizada na região da Tríplice Fronteira Argentina-Brasil-Paraguai. Na sua pesquisa, ela concedeu especial atenção para as relações entre a fronteira e o desenvolvimento de Foz do Iguaçu, abordou os efeitos colaterais decorrentes da urbanização acelerada, e apresentou ao leitor um panorama dos problemas econômicos e sociais existentes na maior cidade fronteiriça do Brasil.

A história de Foz do Iguaçu é um interessante exemplo da capacidade do Estado brasileiro para fomentar concentração demográfica e concentração de pobreza num determinado sítio urbano. Neste sítio urbano, a construção da Usina de Itaipu provocou um grande fluxo de trabalhadores para a cidade e injetou um volume expressivo de recursos na economia local, mas ao término das obras,

---

\* Universidade Federal de Mato Grosso do Sul- Campus do Pantanal. E-mail: linamartta.ufms@gmail.com.

a maior parte destes trabalhadores foi incorporada ao segmento dos desempregados. Naquele contexto, muitos trabalhadores que construíram a Usina Itaipu buscaram a sobrevivência no trabalho informal e nas atividades comerciais de Cidade do Leste (Paraguai).

O crescimento do trabalho informal e comercial fronteiriço na Tríplice Fronteira gerou uma prática de contrabando e crise de ordem tributária na região (mercadorias compradas no Paraguai eram revendidas no Brasil). Num primeiro momento, a informalidade surgiu como uma alternativa “provisória” para a população pobre e para os desempregados que não se enquadravam nos critérios de pobreza, mas que também enfrentavam adversidades. Com o tempo, o provisório tornou-se permanente e foi ampliando-se, encobrindo, na informalidade, o trabalho precário, a exploração da mão-de-obra infantojuvenil e as redes de exploração sexual e tráfico de drogas.

Paradoxalmente, o acentuado crescimento da economia informal, registrado em Foz do Iguaçu, no período entre 1991 e 2020, amenizou a situação dos pobres. No entanto, os dados estatísticos analisados por Rissato indicam a persistência de um quadro social problemático: a maior parte da população economicamente ativa exerce atividades informais ou está desempregada; a cidade apresenta um acentuado déficit no acesso aos serviços de saneamento; a desigualdade na renda entre os 20% mais pobres da população e os 20% mais ricos assentou-se; e a exploração do trabalho infantojuvenil ainda apresenta índices elevados.

A partir do quadro social problemático de Foz do Iguaçu, e considerando as discussões sobre o impacto do Programa Bolsa Família (PBF) no enfrentamento da pobreza; Rissato desenvolve uma provocativa reflexão sobre o papel do Estado na redução das desigualdades socioeconômicas. Na sua reflexão, revisou autores como Karl Marx, Friedrich Engels, Wladimir Lênin, Antônio Gramsci, Nicos Poulantzas, Robert Castel e Florestan Fernandes, e buscou nestes intelectuais, elementos para interpretar o papel do Estado na economia capitalista. As ideias de Amartya Sen a respeito da pobreza e das condições necessárias para o desenvolvimento também estão presentes no livro.

Ao tratar dos Programas de Transferência de Renda implantados em diversos países da América Latina, no transcurso das últimas décadas, Rissato aponta para três problemas que consideramos cruciais para as discussões sobre as intencionalidades e resultados das políticas de transferência de renda. São eles: (1) o discurso neoliberal de naturalização da pobreza; (2) a supervalorização da transferência de renda e a crença de que ela se configura como a melhor estratégia para superação da pobreza; e (3) a aceitação da incapacidade de o Estado garantir a assistência social para toda a população reconhecidamente pobre pelo próprio aparelho estatal.

No que diz respeito ao PBF, o modelo de transferência de renda de maior abrangência populacional existente no Brasil, o livro explora dois fatores que demandam atenção dos pesquisadores interessados no assunto. O primeiro diz respeito a uma concepção de pobreza que supervaloriza a renda, diminuindo a importância de outras variáveis socioeconômicas, como, por exemplo, escolaridade, habitação, condições de trabalho e acesso à saneamento básico. O segundo é o critério seletivo do PBF que se configura como uma ação social focalizada, e, consequentemente, prioriza um segmento específico de uma população pobre que na sua totalidade é bem mais ampla do que o número de beneficiários.

Ciente de que a pobreza no Brasil possui uma longa historicidade, e sem perder de vista que em determinadas situações, o Estado concentra pobres numa determinada localidade – como aconteceu em Foz do Iguaçu, durante a construção da Usina de Itaipu, a autora identifica erros e incoerências no PBF – um programa que incorporou elementos de uma ideologia liberal e tecnicista.

No PBF, os pobres são identificados como “populações vulneráveis” e alguns são classificados como “aptos” para o recebimento do auxílio. Contudo, os critérios de classificação apresentam problemas operacionais e nem todos os reconhecidos como pobres no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) se tornam beneficiários.

A dificuldade do poder público para definir quem são os “aptos” para receber o benefício, e os erros cometidos no decorrer desta definição são discutidos pela autora que analisa diversos dados sobre os beneficiários do PBF, na cidade de Foz do Iguaçu. Com base nestes dados, Rissato constatou que o PBF contribuiu para a redução dos indicadores de evasão ampliando o tempo de permanência das crianças pobres nas escolas. No entanto, os mesmos dados registam situações de descumprimento da condicionalidade da frequência escolar e apontam para a persistência do trabalho infantojuvenil.

O livro de Rissato nos permite inferir que o enfrentamento da pobreza e do trabalho infantil, numa cidade fronteiriça, como Foz do Iguaçu, é agravado por particularidades do espaço fronteiriço. No sítio urbano de Foz do Iguaçu, residem muitos pobres que são naturais do Paraguai ou da Argentina e que encontram dificuldade para atender as exigências burocráticas fixadas pelo governo para concessão do Bolsa Família. E, na mesma localidade, existem pobres de nacionalidade brasileira que cruzam a fronteira para trabalhar no Paraguai e na Argentina, muitas vezes em atividades laborais informais. Nestas condições, a comprovação e mensuração da pobreza familiar torna-se mais difícil. E o mesmo pode ser dito em relação ao monitoramento das condicionalidades. Com frequência, os pobres de Foz do Iguaçu mudam de residência e os funcionários da Assistência Social

nem sempre conseguem contato com as famílias para regularizar situações que podem resultar no cancelamento do benefício.

Para finalizar a resenha, importa antecipar para o leitor que apesar de criticar a lógica neoliberal e tecnicista usada no PBF, e de identificar erros e incoerências na operacionalização do programa, Rissato não se posiciona contra o PBF. Pelo contrário, em diversos momentos da obra ela reconhece a importância do programa para a redução da pobreza e para ampliação do acesso dos pobres à educação e à saúde, via cumprimento das condicionalidades. Contudo, a autora refuta a ideia de que a transferência de renda, por si só, poderá resultar na desejada superação da pobreza. Segundo Rissato, a pobreza se configura como um problema estrutural e multidimensional que excede a questão da renda per capita familiar e envolve aspectos como a exploração do trabalho informal, a falta de oportunidades de emprego, a baixa escolaridade dos pobres em idade adulta, a existência de um acentuado déficit habitacional e a insuficiência dos investimentos públicos em serviços de saneamento, segurança, saúde e educação. Diante de tantos fatores, o PBF perde parte do seu potencial de transformação social e corre o risco de se tornar um tipo de “alívio emergencial” para a pobreza que produz impactos modestos na área da Educação e na Saúde.

Diante do que foi exposto, estamos convictos de que o livro de Rissato oferece uma importante contribuição para a compreensão das relações que o Estado brasileiro estabelece com os pobres. E por ser um livro centrado na região da Tríplice Fronteira e na cidade de Foz do Iguaçu, acreditamos que ele também contribui para o desenvolvimento de pesquisas sobre os fenômenos fronteiriços.

## Referências

RISSATO, Denise. *O Programa Bolsa Família e a questão social em um território de fronteira*. Curitiba: Appris, 2022.